Parte III – Formação continuada de professores
Capítulo 20. Especialização em agricultura familiar camponesa e educação do campo: a experiência do Residência Agrária na UFSM/RS

Carmen Rejane Flores Wizniewsky
Maiquel Ivan Rossato

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

WIZNIEWSKY, C.R.F., and ROSSATO, M.I. Especialização em agricultura familiar camponesa e educação do campo: a experiência do Residência Agrária na UFSM/RS. In: DAVID, C., and CANCELIER, J.W., eds. *Reflexões e práticas na formação de educadores* [online]. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2018, pp. 307-319. ISBN 978-85-7511-475-9.
<https://doi.org/10.7476/9788575114759.0021>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Especialização em agricultura familiar camponesa e educação no campo

A experiência do Residência Agrária na UFSM/RS

Carmen Rejane Flores Wizniewsky
Maiquel Ivan Rossato

Introdução

Para que se compreenda a experiência do Curso de Especialização em Agricultura Familiar Camponesa e Educação do Campo da Universidade Federal de Santa Maria, é fundamental que se conheça sua história, proposta pedagógica e estrutura, que o definem com um perfil de formação ligado à participação, intervenção e conhecimento da realidade rural, em especial nos assentamentos de reforma agrária do Rio Grande do Sul.

A ideia de criação do curso Residência Agrária, como é conhecido e reconhecido, surgiu de uma forte demanda acerca da educação do campo, nas áreas de assentamentos de reforma agrária no Brasil. Tal demanda se relaciona a uma série de questões percebidas por instituições ligadas ao viver e produzir nos assentamentos rurais, entre as quais está o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que, ao longo dos processos de acesso à terra, constatou a baixa escolarização, além da falta de formação em temas ligados à sustentabilidade do rural.

Diante disso, no início dos anos 1990, algumas universidades brasileiras buscaram uma aproximação à realidade no campo dos assentamentos de reforma agrária e passaram a desenvolver projetos de pesquisa, ensino e extensão, o que acabou por influenciar a formação do Grupo Interdisciplinar Básico para a Reforma Agrária.

Tal grupo tinha como objetivo principal aproximar as universidades da temática da reforma agrária, atuando com destaque na pesquisa, o que resultou em um estudo em âmbito nacional, que buscou identificar quais universidades brasileiras vinham desenvolvendo projetos, ou ações reflexivas, sobre esse tema no Brasil.

Nesse contexto, como resposta às demandas e mobilizações dos movimentos sociais do campo, foi publicado, no ano de 1996, o 1.º Censo da Reforma Agrária do Brasil, o qual trouxe dados de grande importância, que revelaram situações de extrema gravidade, como é o caso do alto índice de analfabetismo e baixa escolaridade nos assentados.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra teve também, uma grande importância nesse processo de pensar uma educação para os assentados e seus filhos e, a partir disso, em parceria com outras entidades, realizou, em 1997, em Brasília, o 1.º Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária (ENERA). Esse evento foi de extrema importância para refletir sobre as necessidades do campo e também sobre a produção e a reprodução social nos assentamentos. No ano seguinte, foi realizada a “1.ª Conferência Nacional: por uma Educação Básica do Campo”, em Luziana, no estado de Goiás.

Nos dois eventos citados, houve uma expressiva participação dos sujeitos do campo, estes ligados ao MST, além de representantes institucionais e pesquisadores de diversas universidades do Brasil. A importante participação e o alto nível das discussões geraram uma forte repercussão em âmbito nacional, que acabou pressionando o Estado para a busca de políticas públicas direcionadas à educação e formação desses sujeitos. Como resultado dessa luta e organização, em 16 de abril de 1998, por meio da Portaria n.º 10/98, o Ministério Extraordinário de Política Fundiária criou o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera).

No ano de 2001, o Programa foi incorporado ao INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), que, em parceria com Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), implementou o Pronera em 2003, durante o mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Devemos destacar que o programa surgiu a partir de uma parceria entre Governo Federal, universidades e movimentos sociais do campo.

Segundo Garcia (2007), “durante a gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003), articulou-se a criação dentro do MDA, de um setor para tratar especificamente dos programas de educação para a Reforma Agrária” o qual foi de grande importância para a implantação do Pronera em parceria

com o INCRA e o MDA, quando ficou estabelecido que as universidades que já estavam trabalhando com a reforma agrária passariam a atuar na formação e capacitação dentro dos assentamentos, o que promoveu a criação de cursos como o Residência Agrária.

O Residência Agrária na UFSM: origem e características

O contexto da participação das universidades nos espaços de luta dos movimentos sociais resultou em uma rica experiência de grupos de pesquisa que dirigem suas investigações e ações de extensão e ensino aos assentamentos de reforma agrária. Na UFSM, diversos grupos de pesquisa ligados a diferentes unidades administrativas, liderados por pesquisadores do Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural, do Centro de Ciências Rurais, se reuniram para a elaboração do projeto do curso, que desde a primeira edição passou a ser denominado de Curso de Especialização em Agricultura Familiar Camponesa e Educação do Campo, coordenado, nas duas edições, pelo professor doutor em Engenharia de Produção Pedro Selvino Neumann.

Outra questão bastante importante para que todo esse processo fosse consolidado foi a aproximação entre o Movimento Estudantil e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, os quais, segundo Garcia (2007), “no âmbito desta aproximação desenvolveu-se os ‘Estágios de Vivência’, concebidos como formas de aproximação de atores sociais que tem mesmos objetivos de luta”. Dessa forma, pode-se afirmar que os “Estágios de Vivência” foram fundamentais na criação do Programa Residência Agrária, e o Movimento Estudantil foi um dos protagonistas desse processo.¹

O curso de Especialização em Agricultura Familiar Camponesa e Educação do Campo da UFSM foi resultado do convênio estabelecido a partir de um Edital entre três entidades promotoras. São elas: o INCRA, o Pronera e a UFSM. Em suas duas edições, sendo a primeira no período 2009 a 2011 e

¹ Na UFSM, o primeiro “Estágio de Vivência” ocorreu em 1998 e foi coordenado pelo NARA (Núcleo de Apoio a Reforma Agrária). Depois dessa, outras edições ocorreram, bem como vários parceiros e colaboradores se introduziram ao processo, como o GATS (Grupo de Agroecologia Terra Sul), FEAB (Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil), MST e MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores).

a segunda entre 2013 e 2015, houve a participação de 100 estudantes, 50 na primeira edição e mais 50 na segunda edição.

Os estudantes que participaram do curso eram provenientes de várias entidades, incluindo assentados com nível de graduação ligados ao MST, técnicos de prestadoras de serviço aos assentamentos no Rio Grande do Sul, de projetos vinculados à UFSM e estudantes graduados em diferentes cursos, em sua maioria egressos da própria instituição de ensino superior.

Assim, cabe ressaltar que no processo seletivo para o curso existiam vagas direcionadas para cada público específico, ou seja, um determinado número de vagas para assentados, para estudantes, para os técnicos das prestadoras de serviço e projetos da UFSM e, no caso de não serem preenchidas, eram remanejadas para outro público em que o número de vagas disponibilizadas fosse menor que o número de concorrentes. Dessa maneira, nas duas edições realizadas, foram preenchidas todas as vagas disponíveis para o ingresso no Residência Agrária.

Os critérios de seleção levavam em conta o vínculo do candidato com a reforma agrária, seja por meio da prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural ou da participação em pesquisas ou projetos de extensão realizados sobre o tema durante a sua formação, de modo que contemplasse a proposta do curso, além de possuir o perfil esperado pelos educadores e idealizadores do curso em questão.

A organização pedagógica do Residência Agrária UFSM

O curso foi planejado para ser desenvolvido por meio da Pedagogia da Alternância, o que representa a presença de momentos presenciais em aula (Tempo-Escola) e momentos em que os estudantes realizam o Tempo-Comunidade, ou seja, aplicam seus conhecimentos nos assentamentos. O programa do curso também contou com momentos de integração de conhecimentos, nas diferentes disciplinas. Isso ocorreu por meio dos trabalhos de campo em assentamentos que apresentam destaque nas questões de sustentabilidade produtiva e ambiental. Assim, várias realidades diferentes na reforma agrária do Rio Grande do Sul foram conhecidas, como pode ser observado nas fotografias a seguir.

Figura 1: Trabalho de Campo no município de Dona Francisca-RS, 2013

Fonte: os autores.

Figura 2: Trabalho de campo no assentamento Filhos de Sepé em Viamão-RS, 2013

Fonte: os autores.

A primeira edição do curso, em 2009, teve duração de 18 meses, já a segunda edição, que teve início em 2013, teve duração de 24 meses. O currículo do curso compreendeu aulas presenciais, trabalhos de campo e de pesquisas que

abordaram temas como sociedade e desenvolvimento rural, agroecologia, planejamento e gestão rural, gestão ambiental, educação do campo, políticas públicas, entre outros temas que integram toda a diversidade do campo brasileiro.

No que se refere à estrutura organizacional, o curso foi ofertado pela UFSM, com o apoio do INCRA/Pronera, e, internamente, a constituição básica do curso foi dividida em duas partes, a estrutural e a pedagógica, conforme pode ser observado na figura 3.

Figura 3: Organograma da estrutura organizacional e pedagógica do Curso de Especialização em Agricultura Familiar Camponesa e Educação do Campo da Universidade Federal de Santa Maria

Fonte: PPP do Curso de Especialização em Agricultura Familiar Camponesa e Educação do Campo da Universidade Federal de Santa Maria, ano 2013 (modificado).

Para a ação prática do curso, no que se refere à organização estrutural, foi organizado em quatro segmentos, e estes funcionavam de maneira integrada para atender e garantir o desenvolvimento de acordo com o projeto político-pedagógico. O primeiro segmento se refere à secretaria do curso e corpo docente, ou seja, os professores e orientadores do curso; corpo discente e o colegiado, que era formado por professores e alunos.

A secretaria do curso era responsável pelas questões burocráticas que envolviam a logística e os locais dos encontros (Tempo-Escola), controle de frequências, pagamento de diárias, transporte de alunos, professores e palestrantes convidados, entre outras atividades que deram suporte ao funcionamento do curso.

O corpo docente era responsável por ministrar as disciplinas que compõem a grade curricular, organizar as saídas de campo e orientar os estudantes nos Eixos Temáticos e nas pesquisas, as quais se consolidaram durante o Tempo-Comunidade, sobre o qual falaremos na sequência. O corpo discente, por sua vez, tinha a responsabilidade de participar de forma efetiva de todos os espaços e atividades propostas durante o curso, como as aulas, saídas de campo, palestras, Tempo-Comunidade, entre outras. O colegiado do curso era a composição deliberativa e democrática onde as decisões referentes ao curso eram tomadas e aplicadas.

No que se refere à parte pedagógica, é importante esclarecer que o método de ensino utilizado foi a “Pedagogia da Alternância”, a qual alterna tempo e espaço tentando aplicar e ressignificar a teoria na prática vivenciada no cotidiano de trabalho e estudo dos estudantes.

Esse método consiste na articulação entre Tempo-Escola (TE) e Tempo-Comunidade (TC). Segundo Bernartt et al.:

A Pedagogia da Alternância consiste numa metodologia de organização do ensino escolar que conjuga diferentes experiências formativas distribuídas ao longo de tempos e espaços distintos, tendo como finalidade uma formação profissional. Esse método começou a tomar forma em 1935, a partir das insatisfações de um pequeno grupo de agricultores franceses com o sistema educacional de seu país, o qual não atendia, a seu ver, as especificidades da Educação para o meio rural. A experiência brasileira com a Pedagogia da Alternância começou em 1969 no estado do Espírito Santo, onde foram construídas as três primeiras Escolas Famílias Agrícolas.

Na primeira turma, a alternância foi desenvolvida da seguinte forma: entre quatro a cinco dias no TE e o mesmo período no TC, com o intervalo de, aproximadamente, 30 dias. Já na segunda turma, foi modificado o intervalo entre os dois espaços, ou seja, o TE e o TC, o qual foi aumentado para 45/60 dias.

Conhecendo melhor o Tempo-Escola (TE) e o Tempo-Comunidade (TC)

Nesta parte do texto, falaremos um pouco do funcionamento, das principais atividades desenvolvidas e de qual o objetivo desses dois espaços, são fundamentais na formação por alternância. Veja, na sequência, um organograma para facilitar a compreensão.

No TE, os educandos permaneciam de quatro a cinco dias em tempo integral no espaço dos encontros, os quais alternavam entre Santa Maria e centros de formação, geralmente dentro ou próximo aos assentamentos de reforma agrária de diversas regiões do RS. No TC, os estudantes iam aos assentamentos para desenvolver suas pesquisas e trabalhos anteriormente solicitados e planejados no TE; eles se integravam às equipes de assistência técnica quando, no caso, o estudante não era um técnico que já atuava em assentamentos, conforme pode ser observado na figura 4.

Figura 4: O Tempo-Escola e Tempo-Comunidade

Fonte: elaborado pelos autores, a partir do PPP do curso.

Tempo-Escola (TE)

Tempo de estudo e orientação de trabalhos de campo desenvolvidos nos centros de formação que alternavam entre UFSM/proximidades e assentamentos de reforma agrária ou proximidades.

O TE tinha como objetivo atender às exigências de multi e interdisciplinaridade às quais o curso se propunha. Nesses espaços, eram ministradas as disciplinas comuns a todos os alunos, as disciplinas específicas dos diferentes eixos do curso. Essas últimas, por sua vez, tinham como objetivo atender às demandas e interesses de pesquisa dos alunos de cada eixo temático, lembrando que tais eixos foram criados para agrupar os estudantes por afinidade do tema de pesquisa. É interessante ressaltar que na primeira turma do Residência Agrária não existiam as disciplinas dos eixos e toda a carga horária era referente às disciplinas obrigatórias e comuns a todos os alunos do curso, o que mudou na segunda turma, na qual a carga horária das disciplinas foi dividida entre disciplinas comuns a todos os alunos e disciplinas específicas de cada eixo temático.

Nesse espaço também ocorria a articulação entre os diferentes eixos temáticos, espaços de socialização e reflexão das atividades desenvolvidas durante o TC. Essa socialização/reflexão ocorria mais entre professores e alunos que faziam parte do mesmo eixo temático, uma vez que a socialização entre os diferentes eixos temáticos que compunham o curso ocorreu esporadicamente. No eixo temático, também havia a orientação e o planejamento das atividades a serem desenvolvidas durante o TC, assim como as futuras pesquisas que resultaram em monografias e artigos ao final das duas edições do curso.

Outra atividade importante foram as visitas dirigidas aos assentamentos de várias regiões do RS, as quais ocorreram de forma satisfatória, sendo organizadas pelos professores, com o apoio logístico da secretaria e coordenação do curso. As visitas sempre estavam vinculadas a uma ou mais disciplinas do curso e ocorriam, geralmente, nas etapas que se realizavam fora da UFSM e tinham como objetivo mostrar na prática situações/problema dentro dos assentamentos nas mais diversas temáticas, experiências individuais ou coletivas de produção agroecológicas, experiências de educação do campo, entre outros. Isso tudo para fomentar a reflexão e também propiciar aos estudantes um conhecimento amplo sobre os assentamentos de reforma agrária no estado do RS.

Não podemos esquecer os espaços de formação complementar organizados pelos educandos (oficinas, palestras, etc). Todas essas atividades dentro do TE buscam permitir ao educando avançar na compreensão da problemática da sustentabilidade da agricultura camponesa de forma sistêmica, evitando a fragmentação das múltiplas dimensões do real e percebendo as potencialidades e as demandas das áreas reformadas no RS.

Durante o curso, os alunos também elaboraram propostas de monografias e artigos, sendo a modalidade de artigo aceita apenas na segunda turma do curso. As propostas foram debatidas com os orientadores e apresentadas em espaço pedagógico com a participação do corpo docente e acadêmicos do curso, visando à construção de uma perspectiva interdisciplinar e à socialização das temáticas de pesquisa entre o grande grupo.

Ao final do curso, ocorreu uma etapa só para as defesas das monografias e artigos, os quais foram apresentados publicamente a uma banca escolhida pelo colegiado do curso. Tais defesas se reservaram somente aos estudantes que tiveram aprovação em todas as disciplinas e atividades complementares previstas no projeto político-pedagógico e que cumpriram todas as exigências do regimento interno do curso de especialização.

Tempo-Comunidade (TC)

O Tempo-Comunidade é realizado pelo estudante e compreende o tempo de estudo e de trabalho desenvolvido na comunidade, ou seja, no assentamento de reforma agrária.

Na comunidade, são realizados estudos e pesquisas que levam a uma reflexão teórico-prática das questões pertinentes ao campo para subsidiar as intervenções práticas. As atividades são orientadas e acompanhadas por professores(as) do curso e técnicos(as) que atuam diretamente na assistência técnica dentro dos assentamentos.

O TC ocorreu em diversos assentamentos em várias regiões do estado do RS, realizado ao longo do curso entre as etapas do TE, sendo obrigatório para todos os estudantes. Tinha como objetivos proporcionar um confronto permanente entre os conteúdos das disciplinas da grade curricular e o contexto observado pelo estudante nas áreas de assentamentos, ao mesmo tempo em que por meio de temáticas originadas desse olhar sobre situações-problema encontradas nos assentamentos e que, a partir da pesquisa, se busca com-

preender e superar essas limitações impostas. A pesquisa, por sua vez, é fundamental para instrumentalizar o futuro profissional para desenvolver ações e tomar decisões em prol da sustentabilidade econômica, social e ambiental da agricultura familiar camponesa.

A pesquisa acontece em praticamente todas as atividades do curso, seguindo cinco linhas coerentes com os eixos temáticos, partindo de problemas que envolveram: Política e Gestão Ambiental, Agroecologia, Sociedade e Desenvolvimento Rural, Políticas Públicas e Planejamento e Gestão Agrícola.

A pesquisa realizada durante o TC no assentamento foi organizada mediante os princípios da pesquisa – ação no movimento dialético do conhecimento de ação-reflexão-ação com abordagem qualitativa. Dessa forma, no âmbito da pesquisa durante o TC, foram realizados o levantamento do problema, a coleta de dados, a formulação de hipótese, experiência e problematização, a sistematização e conclusão. O TC foi de grande importância na construção das monografias e artigos pelos estudantes.

Outras atividades inerentes ao trabalho das equipes técnicas também eram realizadas ou acompanhadas pelos estudantes, tudo com a orientação e supervisão de um técnico da equipe prestadora de serviço. Tais atividades envolviam visitas técnicas, serviços de escritório, vacinação de bovinos, reuniões da equipe técnica nos assentamentos, entrega de equipamentos provenientes de políticas públicas aos assentados, entre outros.

A partir disso, o acadêmico do curso conseguiu conhecer, pelo menos de forma parcial, todas as atividades das equipes técnicas das prestadoras e visualizar as demandas e as potencialidades dos assentamentos de reforma agrária na região onde realizou o seu TC. No caso de o estudante já atuar como técnico, ele sistematizava alguma atividade para apresentar ou debater no espaço dos eixos temáticos durante o TE, trazendo, geralmente, problemas, dificuldades e anseios do seu trabalho cotidiano, buscando, no grande grupo, fomentar o debate e encontrar soluções ou alternativas para superar essas situações-problema do seu cotidiano de trabalho. Mas isso poderia variar conforme a orientação do professor orientador ou da organização dentro do eixo temático, os quais possuíam autonomia no seu funcionamento e na organização das suas atividades.

Considerações finais

Podemos perceber, ao longo do texto, que o Residência Agrária – UFSM atua de maneira diferenciada de outros projetos de extensão desenvolvidos nas universidades, pois se fundamenta em princípios como a multi e interdisciplinaridade, buscando o desenvolvimento sustentável do campo em uma abordagem sistêmica, na qual se priorizam etapas como o planejamento, execução e avaliação do processo pedagógico por meio da metodologia da pesquisa-ação-reflexão. Tudo isso com o objetivo de fortalecer a educação do campo, a reforma agrária e construir um novo conceito de assistência técnica para os assentamentos. Mas para que isso aconteça de maneira concreta não se pode trabalhar a metodologia em separado da teoria e da realidade na qual ela está inserida.

Como pudemos perceber anteriormente no texto, todas as propostas metodológicas do Curso de Especialização em Agricultura Familiar Camponesa e Educação do Campo estão relacionadas no sentido de desenvolver processos educativos permanentes e continuados, tendo como base princípios do diálogo e da práxis que permitam o movimento de ação-reflexão-ação, que vem se demonstrando muito eficaz na transformação das realidades.

Para que isso aconteça, é fundamental que seja utilizada, nesse processo, uma dinâmica de ensino-aprendizagem que valorize e provoque o envolvimento de técnicos e agricultores assentados em ações sociais concretas e que o conhecimento científico e o conhecimento popular andem juntos e construam um conhecimento que ajude na interpretação crítica e no aprofundamento teórico necessário a uma atuação transformadora dentro dos assentamentos de reforma agrária no RS.

Referências

AGRÁRIA. *Projeto político pedagógico*. Santa Maria: UFSM, 2009-2013
CAMPONESA E EDUCAÇÃO DO CAMPO-RESIDÊNCIA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM AGRICULTURA FAMILIAR.

- BERNARTT, M. de L. et al. “Estudos sobre Pedagogia da Alternância no Brasil: revisão de literatura e perspectivas para a pesquisa”. *Educação e Pesquisa*, v. 34, n. 2, pp. 227-42, São Paulo, maio-ago. 2008.
- CALDART, R. S. et al. (orgs.). *Dicionário de Educação do Campo*. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- GARCIA, J. V. *Desafios na formação de competências para profissionais de ATER em áreas de assentamentos e agricultura familiar: análise do programa Residência Agrária* (dissertação). UFSM 2007.
- _____ et al. “O curso de especialização em Agricultura Familiar Camponesa e Educação do Campo II, a experiência da Universidade Federal de Santa Maria”. In WIZNIEWSKY, C. R. F. et al. (orgs.). *Anais do II Seminário internacional de Educação do Campo e Fórum regional do centro sul do RS*. Santa Maria, 2014.
- INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/pronerahistoria>. Acesso em: 5 maio 2017.
- MOLINA, M. “Desafios para os educadores e as educadoras do campo”. In KOLLING, E. J. et al. (orgs.). *Educação do campo: identidade e políticas públicas*. Brasília: Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 2002, p. 39. (Coleção Por uma Educação do Campo, n. 4). p. 39.